Reflexões Internet para todos, já!

Nelson De Luca Pretto

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

PRETTO, N.D.L. Internet para todos, já! In: *Educações, culturas e hackers: escritos e reflexões* [online]. Salvador: EDUFBA, 2017, pp. 100-102. ISBN: 978-85-232-2019-8.
<https://doi.org/10.7476/9788523220198.0012>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Voltando à Bahia e ao nosso aplicativo, o que se busca com ele é incluir algumas falas e orientações de Mãe Stella e, quem sabe aí teremos a maior inovação, apresentar como é o cotidiano do povo yorùbá e, principalmente, a língua yorùbá. Para essa parte, foi fundamental a colaboração do Ogan José Beniste, que reside no Rio de Janeiro e, de lá mesmo, está colaborando entusiasticamente com o projeto. Pretende-se, assim, dar a oportunidade para a juventude, fanática pelas comunicações instantâneas, resgatar a língua yourùbá, por meio de alguns provérbios milenares e, com isso, fortalecer a cultura afro, especialmente o candomblé.

Para isso acontecer, uma primeira versão está sendo finalizada e, seguindo o espírito *hacker*, vai para a rede e, a partir do uso, continuará a ser desenvolvida e aperfeiçoada pelo coletivo. Esse princípio do coletivo, marca do movimento *hacker*, é também do candomblé. Com isso, queremos dizer que, quem sabe, candomblé e *hackertivismo* têm tudo a ver. Axé.

Publicado no jornal *Correio**, Salvador, em 19 de dezembro de 2015

Internet para todos, já!

O Marco Civil da Internet foi recentemente aprovado pela Câmara dos Deputados, depois de mais de cinco anos de amplos debates com a sociedade. Além disso, o projeto de lei enviado ao Congresso recebeu “regime de urgência” e lá se foram cinco meses sem que o legislativo brasileiro votasse nenhum outro projeto. Tudo por conta da forte pressão das empresas de telecomunicações que queriam, a todo custo, garantir no texto legal os seus modelos de negócios.

Luta brava da sociedade civil organizada que não deixou por menos e fez um abaixo-assinado (Avaaz), com mais de 343 mil assinaturas,

exigindo um Marco Civil que garantisse neutralidade da rede, liberdade de expressão e privacidade do usuário.

Em paralelo ao marco legal, é importante refletir sobre o papel da internet em nossas vidas, principalmente neste mês de março, aniversário de 25 anos da criação do *World Wide Web*, nosso conhecido *www*.

Pensar na web é refletir sobre a velocidade e qualidade das conexões.

Uma bem-sucedida política pública de Estado garantiu, na década de 1990, a implantação da internet acadêmica – que depois alavancou a comercial – em todo o país. No entanto, o que vemos hoje é a fiel crença de que o mercado resolverá o problema da banda larga. No passado, as velocidades eram bem mais baixas e a demanda não era nem próxima da atual. Com o crescimento das aplicações e a quase generalização dos serviços eletrônicos, tanto públicos como privados, a demanda cresceu e, com a privatização do sistema de telecomunicações no governo FHC, anunciou-se a maravilha de todos os tempos que seria a universalização do atendimento. Ledo engano! De fato cresceu a oferta, mas, junto com ela, também a demanda. E, como era de se esperar, o mercado não deu e nem nunca dará conta de atendê-la de forma plena. Por isso a urgência de uma política de banda de larga pública para, de um lado, regular o mercado e, por outro, fazer chegar aos mais longínquos rincões a internet de qualidade. E isso não está sendo feito. A luta tem sido enorme e estamos distante de tê-la universalizada e com qualidade. Pior que isso é o discurso corrente que aponta para as políticas compensatórias, baseadas no argumento de que “para quem não tinha nada, ter um Mega já é alguma coisa!”. Ouvimos isso em manifestação pública de um conselheiro da Anatel, no III Fórum da Internet no Brasil, em agosto de 2012, no Recife.

Óbvio que não é essa a política que defendemos, nem para a banda larga, nem para nenhuma outra área. Essa concepção de política pública precisa ser superada. Estamos vivendo momentos de tensão em todos os campos, sendo as políticas sociais objeto de muitas críticas, principalmente em tempos de eleição.

Desde aquele inicial 1990, quando aqui na Bahia começamos a implantar a internet, tínhamos clareza da necessidade de que ela fosse de

qualidade e acessível a todos. O que temos 20 anos depois? Absolutamente nada em termos de um plano de banda larga para o Estado. Com a palavra os senhores candidatos.

Publicado no jornal *Correio**, Salvador, em 2 de abril de 2014.

Querem mutilar o Marco Civil da Internet

Ao longo dos últimos anos, entidades da sociedade civil estiveram reunidas em uma forte articulação nacional no movimento *Marco Civil Já*. Foram anos de muita discussão para que o país pudesse ter uma *Constituição* para a internet que garantisse direitos e liberdades para o cidadão, no uso da rede.

Depois de muita luta, o Marco Civil da Internet (MCI) foi aprovado (Lei 12.965/2014), trazendo garantias a direitos fundamentais para os usuários da rede, como a privacidade e a liberdade de expressão, em consonância com orientações internacionalmente aceitas de governança da internet. Nossa Lei foi saudada em todo o mundo. Estávamos garantindo que a internet continuasse como ela de fato nasceu: um espaço da liberdade e não um espaço aprisionado pelo modelo de negócios das operadoras de telecomunicações.

Mas as tentativas de mutilar essa Lei não pararam desde a sua aprovação.

Hoje teremos mais um capítulo desta novela, quando a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados votará o PL 215/15, do Deputado Hildo Rocha (PMDB/MA) e seus apensos: PL 1547/15 (De-